

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da Administração Direta

1 – Contexto Operacional

O Município do Rio de Janeiro é uma pessoa jurídica de direito público interno, fundada em 30/07/1975, com sede na Cidade do Rio de Janeiro à Rua São Clemente, 360 – Botafogo, inscrito no CNPJ sob o nº 42.498.733/0001-48.

A Administração Direta da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro compreende os órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por 26 (vinte e seis) Secretarias Municipais/Especiais, Gabinete do Prefeito, Procuradoria Geral do Município, Controladoria Geral do Município e 25 (vinte e cinco) Fundos Especiais, e do Poder Legislativo composto pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro e pelo Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

O objetivo principal da Administração da Prefeitura é o de prestar serviços à sociedade, sobretudo com aplicações em programas e políticas voltadas para educação, saúde, urbanização, cultura, assistência social, habitação, transporte, gestão ambiental e outras inseridas na sua competência constitucional.

De acordo com esse objetivo, os ativos (direitos e créditos), obrigações, receitas e despesas apresentadas nas demonstrações contábeis aplicadas ao setor público refletem essa missão institucional, devendo ser interpretadas e entendidas a luz desse objetivo.

2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas e regras estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 9ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021 (que aprova a parte I – Procedimentos Contábeis e Orçamentários), Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021 (que aprova a Parte III - Procedimentos Contábeis Específicos: Capítulo 4 – Regime Próprio de Previdência Social – RPPS) e Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 (que aprova a Parte Geral e as Partes II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público), nas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC's) emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), nas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e nas disposições legais complementares vigentes.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2022, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As demonstrações contábeis e todos os saldos das notas explicativas estão apresentados em reais, que é a moeda atual e oficial da República Federativa do Brasil.

O Balanço Orçamentário apresenta, no quadro principal, a execução orçamentária no exercício, comparando a previsão da receita orçamentária com sua realização, bem como demonstra e compara a fixação da despesa orçamentária, com o seu montante empenhado, liquidado e pago.

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e desembolsos financeiros, segregando os valores orçamentários e não orçamentários. Como a despesa orçamentária é considerada pelo seu valor total empenhado, o montante não pago até o final do exercício referente aos Restos a Pagar, além das consignações e retenções, são considerados na coluna de Ingressos extraorçamentários. Da mesma forma, os valores pagos no exercício, referentes aos Restos a Pagar, além das retenções e consignações, são demonstrados na coluna de dispêndios como pagamentos extraorçamentários por não pertencerem ao orçamento do exercício e não estarem incluídos no montante da despesa orçamentária.

O quadro principal do Balanço Patrimonial apresenta os saldos dos bens e créditos por ordem de liquidez, subdivididos em Ativo Circulante e Não Circulante, as obrigações com terceiros por ordem de exigibilidade, em Passivo Circulante e Não Circulante e os valores que formam o Patrimônio Líquido.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto, e deve evidenciar as alterações de caixas e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas nos fluxos das atividades operacionais, investimentos e financiamentos.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas informações incluídas no Sistema corporativo de Contabilidade e Execução Orçamentária (FINCON) da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, relativas à execução orçamentária, financeira e patrimonial realizadas pelos órgãos, sendo de responsabilidade desses gestores as operações realizadas e registradas.

3 – Principais Práticas Contábeis Adotadas

Na elaboração das demonstrações contábeis, as principais práticas contábeis realizadas para registro e reconhecimento de Ativos, Passivos, Receitas e Despesas foram as seguintes:

3.1 – Receitas

Pelo enfoque patrimonial, foi utilizado como critério para o reconhecimento o impacto da situação líquida patrimonial, baseado no princípio contábil da Competência e Oportunidade.

Pelo enfoque orçamentário, o critério de escrituração e registro das receitas ou ingressos, obedeceu ao art. 35, I, da Lei nº. 4.320/64, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, no momento do ingresso efetivo em caixa.

3.2 – Despesas

Pelo enfoque patrimonial, as despesas refletidas nas demonstrações foram registradas com base, exclusivamente, em fatos geradores econômicos e patrimoniais ocorridos no exercício, independentemente de correspondentes e efetivos pagamentos, podendo os valores serem ou não oriundos da execução orçamentária.

Pelo enfoque orçamentário, de acordo com o art. 35 da Lei 4.320/64, a despesa foi reconhecida pelos valores empenhados no exercício.

3.3 – Restos a Pagar

Os restos a pagar inscritos como não processados, quando liquidados e não pagos em exercício posterior ao de inscrição, passam a ser controlados como restos a pagar não processados liquidados.

Os restos a pagar processados inscritos, que não foram pagos ou cancelados até o encerramento do exercício, permanecem registrados no passivo financeiro.

3.4 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Essa conta considera os numerários existentes em contas correntes e aplicações financeiras, incluindo os fundos especiais, e outras contas relativas a recursos com destinação específica, tais como convênios, projetos e outros. As aplicações financeiras em Fundos de Investimentos e Poupanças estão registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos até a data de encerramento das demonstrações financeiras.

As aplicações financeiras e demais investimentos, inclusive fundos com liquidez imediata, são mensurados pelo valor original, atualizados até a data data-base do encerramento das demonstrações contábeis, sendo as atualizações apuradas e registradas em contas de resultado ou patrimonial.

Os registros dos recebimentos de recursos financeiros são efetuados individualmente nas contas bancárias, segregados em recursos vinculados e não vinculados.

3.5 – Créditos a Curto Prazo

Os valores a receber são registrados com base nas informações prestadas pela Procuradoria Geral do Município, Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento e demais órgãos, com os ajustes para expectativa de perdas no recebimento desses créditos.

3.6 – Estoques

Os bens de almoxarifado/estoque são mensurados pelo custo médio ponderado das compras, em conformidade com o inciso III, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e Resolução Conjunta CGM/SMA nº 55/2010, que dispõe sobre normas para movimentação, registro e controle dos materiais existentes.

3.7 – Investimentos

As participações em empresas sobre as quais o Município tem influência significativa na administração são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas pelo custo de aquisição, sendo os ajustes apurados e contabilizados em contas de resultado.

3.8 – Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição ou produção, conforme disposto no inciso II, art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64 e na Resolução CGM nº 1.642/2020, que dispõe sobre normas para registro contábil, controle e a movimentação dos bens patrimoniais permanentes. São atualizados por ajustes de depreciação, amortização e reavaliação.

3.9 – Intangível

O reconhecimento inicial dos ativos intangíveis é efetuado pelo valor de aquisição ou de desenvolvimento, incluindo qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a sua finalidade, seguindo no que couber o disposto na Resolução CGM nº 1.642/2020 que dispõe sobre normas para o registro contábil, o controle e a movimentação dos bens patrimoniais permanentes.

3.10 – Reconhecimento de Passivos

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, são reconhecidas no Passivo, em observância ao regime de competência.

As provisões são registradas pelos valores estimados, informados pela Procuradoria Geral do Município, de acordo com os riscos potenciais de desembolso com perdas prováveis nas ações trabalhistas e/ou cíveis e/ou fiscais, reconhecidas até o encerramento do exercício, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (NBC TSP's), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4 – Notas às Demonstrações Contábeis

4.1 – Balanço Orçamentário

A dotação inicial prevista na Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 27.804.540.959,00 e, após as movimentações de suplementação/cancelamento de créditos orçamentários, a dotação atualizada em 31/12/2022 foi de R\$ 31.337.094.866,12.

Dotação Inicial	Créditos Suplementares Abertos	Cancelamentos	Dotação Atualizada
R\$	R\$	R\$	R\$
27.804.540.959,00	11.490.616.680,35	7.958.062.773,23	31.337.094.866,12

O resultado orçamentário do período foi superavitário em R\$ 2.722.812.922,78, representado pela diferença entre a receita arrecadada e a despesa empenhada.

Detalhamento da Execução da Receita e Despesa por Vínculo de Recursos

Identificação dos Recursos	Receita Arrecadada	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Resultado Orçamentário
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Recursos Não Vinculados	20.894.622.799,70	11.694.802.894,42	11.303.161.732,77	10.351.814.617,08	9.199.819.905,28
Recursos Vinculados	8.935.961.576,13	15.412.968.558,63	15.068.739.307,77	13.803.847.219,63	(6.477.006.982,50)
Total	29.830.584.375,83	27.107.771.453,05	26.371.901.040,54	24.155.661.836,71	2.722.812.922,78

Foram abertos créditos orçamentários com base no superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 2.980.699.499,76. Deste valor, foram empenhadas despesas de recursos não vinculados no montante de R\$ 1.747.093.458,18, e de recursos vinculados no montante de R\$ 855.522.804,11.

4.2 – Balanço Financeiro

O resultado evidenciado no Balanço Financeiro foi negativo no valor de R\$ 843.855.400,39, correspondente à variação das disponibilidades no final do exercício de 2022, no valor de R\$ 6.709.416.806,50 e no início do exercício no valor de R\$ 7.553.272.206,89. A seguir apresentamos a composição do resultado:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Prestação de Contas de Governo – exercício 2022
Coordenação: Controladoria Geral do Rio de Janeiro

<u>Detalhamento</u>	<u>R\$</u>
Receita orçamentária	29.830.584.375,83
Recebimentos Extraorçamentários	9.678.961.389,22
(-) Despesa Orçamentária	(27.107.771.453,05)
(-) Transferências Financeiras Concedidas	(3.826.676.851,40)
(-) Pagamentos Extraorçamentários	(9.418.952.860,99)
Resultado	(843.855.400,39)

A conta “Transferências Financeiras Concedidas” representa os repasses às Entidades da Administração Indireta Municipal efetuados para atender despesas orçamentárias.

Os recebimentos e pagamentos extraorçamentários são compostos pelas movimentações de restos a pagar, depósitos e outras operações.

4.2.1 – Recebimentos extraorçamentários – Restos a Pagar

Os valores inscritos em Restos a Pagar, que representam despesas empenhadas não liquidadas e despesas liquidadas não pagas até 31/12/2022, são demonstrados na coluna de ingressos como recebimentos extraorçamentários para fins de compensação da parcela não paga da despesa orçamentária empenhada demonstrada na coluna de dispêndios. Os valores estão representados por:

Detalhamento	Processados	Não Processados	Total
	R\$	R\$	R\$
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	922.395.734,33	25.112.822,47	947.508.556,80
Materiais, Serviços e Outros	759.966.262,90	546.158.020,20	1.306.124.283,10
Obrigações Tributárias	1.444.856,56	35.458.371,79	36.903.228,35
Investimentos	530.706.433,60	125.883.518,92	656.589.952,52
Inversões Financeiras	1.725.916,44	3.257.679,13	4.983.595,57
Total	2.216.239.203,83	735.870.412,51	2.952.109.616,34

4.2.2 – Pagamentos extraorçamentários – Restos a Pagar

Os valores relativos aos restos a pagar de exercícios anteriores pagos no exercício de 2022 referem-se a:

Detalhamento	Processados	Não Processados	Total
	R\$	R\$	R\$
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	954.157.340,75	14.967.699,81	969.125.040,56
Materiais, Serviços e Outros	863.154.315,78	560.110.342,23	1.423.264.658,01
Obrigações Tributárias	27.408.210,37	17.721,98	27.425.932,35
Investimentos	33.821.977,50	79.706.123,95	113.528.101,45
Inversões Financeiras	4.840.886,95	-	4.840.886,95
Total	1.883.382.731,35	654.801.887,97	2.538.184.619,32

4.3 - Balanço Patrimonial

4.3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Os saldos de numerários em Caixa e Equivalentes de Caixa estão demonstrados da seguinte forma:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Prestação de Contas de Governo – exercício 2022
 Coordenação: Controladoria Geral do Rio de Janeiro

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Poder Executivo		
Bancos e Aplicações Financeiras	6.287.459.998,24	6.980.895.130,54
Rede Bancária	21.878.987,55	7.572.804,40
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	217.066.717,40	
Total Poder Executivo	6.526.405.703,19	6.988.467.934,94
Poder Legislativo		
CMRJ	90.034.943,52	37.009.622,52
FECMRJ	88.333.542,05	124.491.518,10
TCMRJ	4.642.617,74	10.304.331,18
Total Poder Legislativo	183.011.103,31	171.805.471,80
Total	6.709.416.806,50	7.160.273.406,74

No exercício de 2021, a linha “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados” estava demonstrada no grupo “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo”, pelo valor de R\$ 392.998.800,15.

4.3.2 – Créditos a Curto Prazo

Os saldos registrados nessa conta referem-se aos créditos de competência até 31/12/2022, com expectativa de recebimento até 31/12/2023, e estão compostos de acordo com o detalhamento apresentado a seguir:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Créditos Tributários a Receber	694.525.100,82	39.434.942,34
Créditos Tributários a Receber - Parcelados	3.908.652.462,56	3.062.402.350,48
Créditos Inscritos em Dívida Ativa	358.374.496,46	330.923.016,15
Devedores por Empréstimos Concedidos	127.970.872,40	88.063.975,78
Adiantamentos Concedidos		3.454.608,96
Créditos por Danos ao Patrimônio		39.893.150,66
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		392.998.800,15
Valores Apreendidos por Decisão Judicial		157.755.880,72
Depósitos Judiciais Prestados		33.153,16
Créditos Administrativos Não Tributários		1.973.485.341,95
Créditos com Instituições da Administração Indireta - PCRJ		173.945.723,69
Créditos por Transferências Voluntárias a Receber da União - FNS		181.410.183,56
Créditos Imobiliários e de Convênios - Estado do RJ		259.080.022,60
Créditos com Cessão de Pessoal a Outros Entes da Federação		13.311.387,34
Créditos com Rescisões Contratuais		18.432.802,70
Créditos Diversos		3.511.149,03
Total	5.089.522.932,24	6.738.136.489,27

No exercício de 2022, as contas classificadas no PCASP no grupo de contas 113 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, demonstradas até 2021 na linha “Créditos a Curto Prazo” do Balanço Patrimonial, com exceção da linha “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”, passaram a ser demonstradas no grupo “Demais Créditos a Curto Prazo”, conforme definição constante do MCASP 9ª Edição. A linha “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados” passou a ser classificada no grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa”.

Os créditos tributários a receber referem-se aos seguintes tributos:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
ISS	663.431.240,22	-
COSIP	31.093.860,60	39.434.942,34
Total	694.525.100,82	39.434.942,34

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Prestação de Contas de Governo – exercício 2022
 Coordenação: Controladoria Geral do Rio de Janeiro

Os créditos tributários a receber parcelados referem-se aos seguintes tributos:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
IPTU	1.508.488.672,82	1.557.237.359,15
ISS	2.398.851.735,66	1.504.302.518,20
ITBI	1.312.054,08	862.473,13
Total	3.908.652.462,56	3.062.402.350,48

O ISS parcelado foi detalhado pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento da seguinte forma:

Detalhamento do ISS	R\$
Demais credores	2.386.781.398,08
Intragovernamentais	93.824,43
Programa de Pagamento Incentivado - PPI Carioca	6.097,85
Programa de Pagamento Incentivado - PPI Uniprofissional	2.068,84
Concilia RIO	296.375,80
Concilia 2019	2.338.066,46
Concilia 2020	9.333.904,20
Total	2.398.851.735,66

Os créditos inscritos em dívida ativa referem-se às seguintes receitas:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Tributária		
IPTU	248.257.919,47	240.350.006,46
ISS	97.298.372,48	76.477.553,51
Taxas	2.365.223,21	2.829.699,88
IVVC	-	19.339,25
ITBI	1.522.517,07	1.101.053,39
Subtotal	349.444.032,23	320.777.652,49
Não Tributária		
Multas	7.467.493,07	8.173.182,22
Demais Créditos	1.462.971,16	1.972.181,44
Subtotal	8.930.464,23	10.145.363,66
Total	358.374.496,46	330.923.016,15

4.3.3 – Demais Créditos a Curto Prazo

Os saldos registrados nessa conta referem-se aos demais créditos de competência até 31/12/2022, com expectativa de recebimento até 31/12/2023, e estão compostos de acordo com o detalhamento apresentado a seguir:

Detalhamento	Exercício Atual
	R\$
Adiantamentos Concedidos	3.454.608,96
Créditos por Danos ao Patrimônio	54.240.351,29
Depósitos Judiciais Prestados	23.640,00
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	154.760.068,08
Créditos Administrativos - Autos de Infração	704.088.658,85
Créditos Administrativos - Multas de Trânsito	1.515.736.418,73
Créditos com Instituições da Administração Indireta - PCRJ	186.345.729,24
Créditos por Transferências Voluntárias a Receber da União - FNS	181.410.183,56
Créditos Imobiliários e de Convênios - Estado do RJ	135.444.155,25
Créditos com Cessão de Pessoal a Outros Entes da Federação	13.360.319,48
Créditos com Rescisões Contratuais	21.263.391,27
Créditos Diversos	3.572.105,98
Total	2.973.699.630,69

4.3.4 – Estoques

Compreende os valores dos materiais adquiridos com objetivo de utilização. No Poder Executivo, representam os valores dos materiais controlados através do Sistema de Informações Gerenciais de Materiais (SIGMA).

Detalhamento	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$
Matérias-primas	-	36.586.420,95
Material de Consumo - Poder Executivo	507.224.799,20	373.474.816,11
Material de Consumo - CMRJ	1.363.943,57	1.288.545,62
Material de Consumo - TCM	334.509,96	353.981,04
Total	508.923.252,73	411.703.763,72

4.3.5 – Realizável a Longo Prazo

O valor apresentado nesta conta refere-se a créditos com expectativa de recebimento após o término do exercício seguinte (31/12/2023) e está composto de acordo com o detalhamento apresentado a seguir:

Detalhamento	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$
Créditos Tributários a Receber - Parcelados	439.162.251,41	469.995.103,13
Créditos Inscritos em Dívida Ativa	65.471.101.721,62	59.287.149.245,64
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	13.149.972,77	13.149.972,77
Créditos Administrativos Não Tributários a Receber	-	21.289,69
Demais Créditos a Longo Prazo	731,48	731,48
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(35.915.530.925,88)	(32.822.129.087,76)
Total	30.007.883.751,40	26.948.187.254,95

Os créditos tributários a receber parcelados referem-se aos seguintes tributos:

Detalhamento	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$
IPTU	133.038.675,68	220.021.631,92
ISS	305.456.591,39	249.452.552,07
ITBI	666.984,34	520.919,14
Total	439.162.251,41	469.995.103,13

Os créditos inscritos em dívida ativa referem-se às seguintes receitas:

Detalhamento	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$
Tributárias		
IPTU	28.619.451.795,99	26.518.836.010,60
ISS	30.550.493.467,57	27.400.865.775,08
Taxas	668.802.428,27	562.549.096,81
IVVC	282.175.444,35	282.125.646,29
ITBI	1.554.413.371,83	1.324.175.563,77
(-) Parcelamentos	(349.444.032,23)	(320.777.652,49)
Subtotal	61.325.892.475,78	55.767.774.440,06
Não Tributárias		
Multas	2.399.701.340,07	2.075.990.803,53
Demais Créditos	1.754.438.370,00	1.453.529.365,71
(-) Parcelamentos - Multas	(7.467.493,07)	(8.173.182,22)
(-) Parcelamentos - Demais Créditos	(1.462.971,16)	(1.972.181,44)
Subtotal	4.145.209.245,84	3.519.374.805,58
Total	65.471.101.721,62	59.287.149.245,64
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	(35.915.530.925,88)	(32.822.129.087,76)
Créditos da Dívida Ativa com Expectativa de Recebimento	29.555.570.795,74	26.465.020.157,88

4.3.6 – Investimentos

Os investimentos permanentes do Município do Rio de Janeiro se concentram nas participações societárias majoritárias nas empresas constituídas e mantidas pelo Poder Executivo, que atuam na descentralização administrativa em áreas diversas da Administração Municipal, além de ações de companhias do setor de telecomunicações e de companhias pertencentes à Administração do Estado do Rio de Janeiro.

Os saldos estão compostos da seguinte forma:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto - CDURP	297.311.323,48	313.957.367,18
Companhia Carioca de Securitização	29.995,33	-
Companhia Municipal de Transportes Coletivos CMTC Rio	-	8.775.921,39
Distribuidora de Filmes S/A - RIOFILME	18.093.264,36	2.066.582,32
Empresa Municipal de Artes Gráficas	9.973.951,61	6.017.684,57
Agência de Fomento do Município AS	4.502.280,71	9.494.636,76
Multirio Empresa Municipal de Multimeios Ltda	2.209.286,26	3.591.709,07
Participações Avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial	332.120.101,75	343.903.901,29
Empresas Setor de Telecomunicações	276.673,95	276.673,95
(-) Ajustes para Perdas em Avaliação de Investimentos	(29.284,74)	(29.284,74)
Companhia de Transporte sobre Trilhos do Estado do RJ - RIOTRILHOS	70.920.334,18	70.920.334,18
(-) Ajustes para Perdas em Avaliação de Investimentos	-	-
METRÔ - Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro	15.020.258,37	15.020.258,37
(-) Ajustes para Perdas em Avaliação de Investimentos	-	-
Outras participações	80.353,55	184.353,55
Participações Avaliadas pelo Método do Custo	86.268.335,31	86.372.335,31
Total	418.388.437,06	430.276.236,60

As empresas que no exercício atual estão com Patrimônio Líquido negativo são relacionadas a seguir:

Empresas com Patrimônio Líquido Negativo
Companhia Municipal de Limpeza Urbana - COMLURB
RIOTUR – Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A
RIOCENTRO S/A - Centro de Feiras, Exposições e Congressos do Rio de Janeiro
Companhia Municipal de Energia e Iluminação - RIOLUZ
Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro - CET RIO
Empresa Municipal de Urbanização - RIO-URBE
Companhia Municipal de Conservação e Obras Públicas - RIOCOP
Empresa Municipal de Informática S/A - IPLANRIO
Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro S/A - RIOSAÚDE

4.3.7 – Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens móveis e imóveis destinados a manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, conforme tabelas a seguir:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Prestação de Contas de Governo – exercício 2022
 Coordenação: Controladoria Geral do Rio de Janeiro

Bens Móveis - Pode Executivo

Detalhamento	Valor do Bem	Depreciação	Valor Líquido Contábil
	R\$	R\$	R\$
Equipamentos de Processamento de Dados	248.316.346,21	192.724.603,04	55.591.743,17
Veículos	218.217.868,42	18.613.029,81	199.604.838,61
Obras de Arte e Decoração	65.357.375,40	-	65.357.375,40
Móveis e Utensílios	997.932.561,08	643.699.587,74	354.232.973,34
Bens Móveis em Almoxarifado	56.278.674,99	-	56.278.674,99
Bens Móveis a Incorporar	183.151.000,00	-	183.151.000,00
Importações em Andamento	180.790.599,52	-	180.790.599,52
Sub Total	1.950.044.425,62	855.037.220,59	1.095.007.205,03

Bens Móveis - Poder Legislativo

Detalhamento	Valor do Bem	Depreciação	Valor Líquido Contábil
	R\$	R\$	R\$
Bens Móveis - Poder Legislativo - CMRJ	39.110.024,17	19.423.738,07	19.686.286,10
Bens Móveis - Poder Legislativo - TCMRJ	17.168.129,59	9.688.311,48	7.479.818,11
Sub Total	56.278.153,76	29.112.049,55	27.166.104,21
Total	2.006.322.579,38	884.149.270,14	1.122.173.309,24

Bens Imóveis - Poder Executivo

Detalhamento	Valor do Bem	Depreciação	Valor Líquido Contábil
	R\$	R\$	R\$
Terrenos	968.527.731,59	-	968.527.731,59
Edificações	97.373.575,94	22.757.793,68	74.615.782,26
Escolas, Faculdades, Universidades e Bibliotecas	298.984.383,37	62.420.476,02	236.563.907,35
Fazendas, Parques e Reservas	40.985.133,84	-	40.985.133,84
Hospitais e Unidades de Saúde	36.320.170,49	15.082.294,76	21.237.875,73
Bens Imóveis - FOEPMG	75.382.823,74	12.061.251,84	63.321.571,90
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	713.137.002,47	152.592.254,84	560.544.747,63
Outros Bens Dominicais	332.906.036,14	51.561.452,21	281.344.583,93
Execução de Obras e Projetos	10.368.539.961,99	-	10.368.539.961,99
Ampliação, Reconstrução e Reformas	509.798.446,18	-	509.798.446,18
Desapropriações	352.789.115,44	-	352.789.115,44
Obras - Contratos de Concessão	133.574.805,87	-	133.574.805,87
Bens Imóveis em Processo de Aquisição	141.540.416,40	-	141.540.416,40
(-)Bens Imóveis em Processo de Alienação	(7.896.730,00)	-	(7.896.730,00)
Sub Total	14.061.962.873,46	316.475.523,35	13.745.487.350,11

Bens Imóveis - Poder Legislativo

Bem Imóveis Poder Legislativo	Valor do Bem	Depreciação	Valor Líquido Contábil
	R\$	R\$	R\$
Bens Imóveis - Poder Legislativo - CMRJ	341.746.399,49	-	341.746.399,49
Bens Imóveis - Poder Legislativo - FECMRJ	72.000,00	-	72.000,00
Bens Imóveis - Poder Legislativo - TCMRJ	7.643.487,07	-	7.643.487,07
Bens Imóveis em Processo de Aquisição - CMRJ	65.000.000,00	-	65.000.000,00
Sub Total	349.461.886,56	-	414.461.886,56
Total	14.411.424.760,02	316.475.523,35	14.159.949.236,67

4.3.8 – Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, sendo apresentados da seguinte forma:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Prestação de Contas de Governo – exercício 2022
 Coordenação: Controladoria Geral do Rio de Janeiro

Intangível - Poder Executivo			
Detalhamento	Valor do Bem	Amortização	Valor Líquido Contábil
	R\$	R\$	R\$
Sistemas Aplicativos - Softwares	43.650.118,51	39.014.951,08	4.635.167,43
Aplicativos em Desenvolvimento	22.422.428,79	-	22.422.428,79
Sub Total	66.072.547,30	39.014.951,08	27.057.596,22
Intangível - Poder Legislativo			
Detalhamento	Valor do Bem	Amortização	Valor Líquido Contábil
	R\$	R\$	R\$
Intangível - Poder Legislativo - TCMRJ	2.976,00	-	2.976,00
Sub Total	2.976,00	-	2.976,00
Total Intangível	66.075.523,30	39.014.951,08	27.060.572,22

4.3.9 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

Estão registrados nessa conta no Passivo Circulante e Não Circulante, as obrigações incorridas e não pagas referentes a salários de pessoal ativo, contribuições patronal e suplementar ao Fundo de Previdência, Precatórios relativos à pessoal, benefícios assistenciais e outros, decorrentes ou não da execução orçamentária. No Longo Prazo, o valor de R\$ 44.383.747,25 se refere a Precatórios de Pessoal conhecidos após 1º de julho de 2022.

Detalhamento - Poder Executivo	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Pessoal a Pagar	1.362.678.572,76	737.979.981,74		
Precatórios de Pessoal	63.406.392,96	102.844.198,47	44.383.647,25	12.539.918,35
Benefícios Previdenciários a Pagar	4.007.299,33	7.146.051,66		
Benefícios Assistenciais a Pagar	14.009.557,36	14.943.634,38		
Encargos Sociais a Pagar	328.795.445,35	378.213.247,94		
Subtotal	1.772.897.267,76	1.241.127.114,19	44.383.647,25	12.539.918,35
Detalhamento - Poder Legislativo	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Pessoal a Pagar - CMRJ	10.706.984,84	18.099.044,73		
Pessoal a Pagar - TCMRJ	2.702.130,53	6.065.024,24		
Subtotal	13.409.115,37	24.164.068,97	-	-
Total	1.786.306.383,13	1.265.291.183,16	44.383.647,25	12.539.918,35

4.3.10 - Empréstimos e Financiamentos

Referem-se aos valores exigíveis a curto e longo prazo, registrados no passivo circulante e não circulante da Dívida Fundada Interna e Externa. Os valores estão atualizados pela variação monetária e cambial respectivamente até a posição de 31 de dezembro de cada exercício, nos termos do inciso I do Art. 106 da Lei Federal 4.320/1964, respeitando os conceitos do artigo 29 da Lei Complementar nº 101/2000.

No quadro a seguir, foram consolidados os saldos dos contratos compostos pelo valor principal atualizado, acrescido dos encargos, assim como os encargos a apropriar, no caso das dívidas pré-fixadas, nas posições dos exercícios atual e anterior.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Prestação de Contas de Governo – exercício 2022
 Coordenação: Controladoria Geral do Rio de Janeiro

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Internos	981.870.782,17	889.867.726,65	6.397.570.379,02	7.072.829.679,45
CEF	210.153.668,09	199.372.730,19	2.773.897.340,35	2.916.396.553,69
BNDES	691.774.208,69	627.394.907,80	2.993.278.888,43	3.467.358.820,27
STN	79.942.905,39	63.100.088,66	630.394.150,24	689.074.305,49
Externos	391.532.165,15	418.756.396,12	4.780.469.123,93	5.460.843.167,13
BID	92.019.203,60	98.417.533,77	616.974.767,22	758.292.131,47
BIRD	233.333.980,98	249.558.288,30	3.964.957.414,90	4.490.209.313,50
Fornecedores	66.178.980,57	70.780.574,05	198.536.941,81	212.341.722,16
Total	1.373.402.947,32	1.308.624.122,77	11.178.039.502,95	12.533.672.846,58

4.3.11 - Fornecedores e Contas a Pagar

Estão registradas nessa conta as obrigações a pagar relativas a serviços prestados, materiais e bens entregues e precatórios judiciais de fornecedores, decorrentes ou não da execução orçamentária. As obrigações incorridas e não inscritas em restos a pagar totalizam R\$720.297.425,96, em 31/12/2022.

Também estão registradas nessa conta as parcelas correspondentes ao parcelamento dos restos a pagar inscritos até o exercício de 2020, estabelecido no artigo 23 da Lei Complementar Municipal nº 235/2021, de 03 de novembro de 2021, regulamentada pelos Decretos Rio nº 49.831, de 26 de novembro de 2021 e nº 50.459, de 28 de março de 2022 e Resoluções Conjunta SMFP/PGM/CGM nº 18, de 13 de dezembro de 2021, nº 22, de 25 de fevereiro de 2022, nº 23, de 14 de junho de 2022 e nº 27, de 23 de dezembro de 2022.

Os precatórios de fornecedores e contas a pagar no curto prazo (R\$ 122.205.247,65) representam os valores orçados para pagamento no exercício de 2023. Os valores registrados no longo prazo representam os precatórios conhecidos após 1º de julho de 2022 (R\$ 164.670.022,83), e precatórios com compensação tributária instruídos no processo administrativo nº 11/520.736.2016 (R\$ 7.913.605,61).

O saldo está composto da seguinte forma:

Detalhamento - Poder Executivo	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - Consolidação	2.204.377.878,17	2.367.391.965,85		
Contas a Pagar - Parcelamento	51.402.285,87	43.948.381,06	313.192.389,60	395.535.429,33
Renegociação de Dívidas com Fornecedores	63.933.565,33	63.933.565,33		
Precatórios de Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais	122.205.247,65	342.646.465,05	172.583.628,44	32.138.192,54
Decisões Judiciais - Exceto Precatórios	25.868.732,10			
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - Intra OFSS	158.452.392,17	397.349.876,90		
Contas a Pagar de Credores Nacionais	5.812.918,34	2.876.779,66		
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - Inter OFSS - União	3.391.147,43	13.241.485,23		
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - Inter OFSS - Estado	2.235.802,04	369.220.851,53		
Fornecedores e Contas a Pagar Estrangeiros	1.352.215,63	-		
Subtotal	2.639.032.184,73	3.600.609.370,61	485.776.018,04	427.673.621,87

Detalhamento - Poder Legislativo	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - Consolidação - CMRJ	11.335.884,72	10.596.512,89		
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - Consolidação - TCMRJ	2.160.115,36	4.373.071,49		
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - Intra - CMRJ	4.075,43	6.327,98		
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - Intra - TCMRJ	19.080,50	15.000,00		
Subtotal	13.519.156,01	14.990.912,36		
Total	2.652.551.340,74	3.615.600.282,97	485.776.018,04	427.673.621,87

4.3.12 - Obrigações Fiscais

Compreende as obrigações relativas a impostos, taxas e contribuições, decorrentes ou não da execução orçamentária. Nestas contas, no exercício de 2022, não foram identificadas obrigações incorridas e não inscritas em restos a pagar.

O saldo está composto da seguinte forma:

Detalhamento	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$
PIS(PASEP) a Recolher	35.017.935,24	32.863.065,19
Obrigações Tributárias - Fundos Especiais	-	20.000,00
Outros Impostos e Contribuições a Recolher	197.356,36	163.387,91
Taxas a Recolher	139,88	39.240,42
Total	35.215.431,48	33.085.693,52

4.3.13 – Provisões

No curto prazo, está registrada a provisão para pagamento dos valores relativos ao Acordo de Resultados do exercício de 2016, conforme voto TCMRJ nº 047/2021, instruído no Processo Administrativo nº 13/000.446/2021, no montante de R\$ 19.138.579,37.

No longo prazo, as provisões cíveis referem-se às ações judiciais em curso e transitadas em julgado (ainda não inscritas em precatórios), que representam obrigações correntes provenientes de eventos já ocorridos, com provável possibilidade de haver desembolsos de recursos. Os registros foram feitos com base nas informações prestadas pela Procuradoria Geral do Município (PGM). Em outras provisões, está registrado o valor da dívida estimada com o Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro (FUNPREVI), em decorrência do artigo 5º da Lei nº 6.852/2021, que revogou o § 6º, do art. 33 da Lei nº 3.344/2001, que então quitava todas as dívidas do Município e do PREVI-RIO com o FUNPREVI e vice-versa.

O saldo está composto da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Provisão para Riscos Trabalhistas	19.138.579,37	19.148.092,53		240.246,77
Provisões Cíveis			3.675.332.372,56	19.645.729.330,08
Outras Provisões		16.382.301,35	788.702.770,88	1.144.114.640,78
Total	19.138.579,37	35.530.393,88	4.464.035.143,44	20.790.084.217,63

4.3.14 - Demais Obrigações

No Passivo Circulante, com exigibilidade de curto prazo, estão registrados os valores de depósitos administrativos, obrigações com depósitos judiciais relativos à Lei Complementar nº 151/2015, depósitos administrativos tributários e não tributários, valores e repassar às instituições da Administração Indireta para custeio de suas atividades operacionais valores de retenções tributárias sobre obrigações trabalhistas e serviços faturados, bem como o desenquadramento do fundo de reserva da Lei Complementar nº 151/2015.

No Passivo Não Circulante, com exigibilidade de longo prazo, estão registrados os valores dos depósitos judiciais relativos à Lei Complementar nº 151/2015, depósitos administrativos tributários e não tributários e obrigações relativas às despesas da Operação Urbana Consorciada da região do Porto do Rio de Janeiro, exercícios de 2011 a 2015, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária da CDURP, arquivada na Junta Comercial do Estado do RJ, em 13/05/2016.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
Prestação de Contas de Governo – exercício 2022
 Coordenação: Controladoria Geral do Rio de Janeiro

O saldo está composto da seguinte forma:

Detalhamento	Curto Prazo		Longo Prazo	
	Exercício Atual	Exercício Anterior	Exercício Atual	Exercício Anterior
	R\$	R\$	R\$	R\$
Consignações sobre Folha de Pagamento	83.087.342,71	21.404.012,87		
Depósitos de Recursos Judiciais - LC 151/2015	526.334.875,35	591.159.672,69	1.228.114.709,15	1.379.372.569,61
Fundo de Reserva a Recompor - LC 151/2015	445.621.904,72	-		
Depósitos de Garantias Contratuais - Poder Executivo	65.207.230,50	52.149.114,32		
Depósitos de Garantias Contratuais - Poder Legislativo	137.998,74	108.322,11		
Depósitos Administrativos Tributários	89.314.949,11	90.622.628,74	208.401.547,95	211.452.800,39
Depósitos Administrativos Não Tributários	5.688.963,98	5.688.963,98	13.274.249,27	13.274.249,27
Outros Depósitos de Terceiros	12.286.258,44	12.280.820,27		
Retenções Contratuais	1.867.562,99	128.091,06		
ISS s/Faturas	15.003.402,32	5.867.363,16		
IRRF s/ Faturas	15.918.634,89	9.827.219,05		
INSS s/ Faturas	15.272.113,76	15.444.225,01		
Outros Valores Restituíveis	6.295.106,45	25.480.900,29		
Valores a Repasses as Instituições da Administração Indireta	610.442.462,83	464.529.087,23	104.242.903,61	103.486.807,81
Depósitos e Receitas a Apropriar	293.129.837,02	236.365.269,94		
Obrigações - Companhia do Porto - CDURP			79.784.276,13	79.784.276,13
Total	2.185.608.643,81	1.531.055.690,72	1.633.817.686,11	1.787.370.703,21

4.3.15 – Resultado Diferido

Está registrado neste grupo o valor referente à receita diferida da folha de pagamento da administração direta conforme contrato SMFP nº 104.2022 - MRJ X SANTANDER, no montante de R\$ 208.667.047,50.

4.3.16 – Patrimônio Líquido

O resultado patrimonial de 2022 foi de R\$6.258.100.844,73, tendo sido efetuados ajustes positivos no montante de R\$ 16.820.013.958,05, por retificação de erros de registros relativos a exercícios anteriores, conforme apresentado no quadro a seguir:

Grupo Balanço Patrimonial	Saldo em 31/12/2021	Detalhamento do Ajuste	Valor de exercício anterior ajustado em 31/12/2022
		Fato	R\$
Ativo Circulante	14.310.113.659,73	Retificação em Créditos, por correção de valores.	(2.102.091,79)
		Retificação de Créditos Decorrentes de Pagamentos Sem Respaldo Orçamentário por correção de baixa.	(31.439,16)
		Retificação em Créditos por Cessao de Pessoal, por correção de inscrições.	3.526.059,65
		Retificação em Créditos Administrativos Não Tributários, por correção de baixa e inscrição.	(548.621.567,54)
		Retificação em Cessão Onerosa de Uso de Bens Públicos, por correção de atualização.	(129.771.560,23)
		Retificação em Estoques/Almoxarifado, por correção de saldos.	(182.892,87)
		Retificação em Participações em Empresas, por correção de baixa de inscrição.	(104.000,00)
Ativo Não Circulante	40.902.375.769,76	Retificação do Imobilizado, de bem imóvel incorporado ao capital de empresas.	6.153.000,00
		Retificação em Edificações, por correção de inscrição.	(75.382.823,74)
		Retificação em Bens Móveis e Imóveis, por correção de incorporação.	299.922,62
			40.833.341.868,64
Passivo Circulante	7.789.187.367,02	Retificação de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais, por cancelamento de restos a pagar.	131.302.476,52
		Retificação de Férias, por regularização de saldos.	(125.140.628,80)
		Retificação de Fornecedores, por cancelamentos de restos a pagar e registros de documentos no módulo de obrigações a pagar.	1.343.171.038,67
		Retificação de Obrigações Fiscais a Curto Prazo, por cancelamento de restos a pagar.	6.598.125,05
		Retificação de Outras Provisões a Curto Prazo, por correção de inscrição.	16.382.301,35
		Retificação de Depósitos de Recursos Judiciais, por regularização de saldo.	(7.666.405,49)
		Retificação de Valores Restituíveis, por correção de inscrição indevida.	11.905.741,78
		Retificação de Repasses a Pagar, por correção de inscrições e cancelamentos.	(253.823,25)
			9.165.486.192,85
		Passivo Não Circulante	35.551.341.307,64
Retificação em Provisão para Indenizações Cíveis, por correção de atualização.	16.199.375.562,29		
		Efeito líquido	16.820.013.958,05

4.4 – Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do exercício, obtido por meio da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas, foi positivo em R\$ 6.258.100.844,73.

4.5 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido variou positivamente em R\$ 23.078.114.802,78 ao final do exercício de 2022. Essa variação decorre de ajustes de exercícios anteriores, no valor de R\$ 16.820.013.958,03 detalhado no item 4.3.16, e do resultado do exercício positivo em R\$ 6.258.100.844,73.

O detalhamento do resultado acumulado apresenta-se da seguinte forma:

Detalhamento	31/12/2022 R\$	31/12/2021 R\$
Resultado do Exercício	6.258.100.844,73	7.657.501.699,21
Resultado de Exercícios Anteriores	11.871.960.754,83	4.770.659.438,69
Ajustes de Exercícios Anteriores	16.820.013.958,05	(556.200.383,07)
Total	34.950.075.557,61	11.871.960.754,83

4.6 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa na Administração Direta foi negativa no valor de R\$ 843.855.400,39, representando um decréscimo de 114,62%, se comparado ao ano de 2021, conforme demonstrado nos quadros a seguir:

Detalhamento	R\$
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial (a)	7.553.272.206,89
Caixa e Equivalente de Caixa Final (b)	6.709.416.806,50
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (a-b)	(843.855.400,39)

Descrição das atividades dos Fluxos de Caixa	Exercício 2022	Exercício 2021	Variação (%)
Operacional			
Ingressos	29.671.088.210,29	30.789.026.948,31	-3,63
(-) Desembolsos	(27.562.324.213,27)	(23.572.065.012,89)	16,93
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	2.108.763.997,02	7.216.961.935,42	-70,78
Investimento			
Ingressos	6.324.630,92	85.132.691,73	-92,57
(-) Desembolsos	(1.873.883.522,12)	(351.892.429,87)	432,52
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	(1.867.558.891,20)	(266.759.738,14)	600,09
Financiamento			
Ingressos	153.171.534,62	16.581.021,58	823,78
(-) Desembolsos	(1.238.232.040,83)	(1.195.228.634,69)	3,6
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	(1.085.060.506,21)	(1.178.647.613,11)	-7,94
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I+II+III)	(843.855.400,39)	5.771.554.584,17	-114,62

Nota-se um aumento dos desembolsos em todas as atividades, com destaque para os desembolsos de investimentos com uma variação acréscimo de 432,52% de acréscimo em relação ao ano anterior.

5 – Informações Complementares

Ativos e Passivos Contingentes

O Município do Rio de Janeiro é autor de diversas ações judiciais de cobrança contra terceiros. Conforme informações prestadas pela PGM, as ações de cobrança com perspectiva provável de êxito totalizam R\$ 9.483.406.599,53 em 31/12/2022, que, em conformidade ao disposto na NBC TSP 03 de 21/10/2016 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade, devem ser divulgados por se configurarem como ativos contingentes, com probabilidade de recebimentos futuros

Os passivos contingentes, ou seja, para os quais haja possibilidade de desembolsos futuros, não são reconhecidos em contas patrimoniais, em conformidade com a NBC TSP 03 do CFC e totalizam R\$ 136.872.546.907,98, conforme informações prestadas pela PGM. Desse valor R\$ 1.102.288.593,55 referem-se ao Fundo Municipal de Saúde.

Desvinculação de Receita Municipal - DREM

O Decreto Rio nº 51.890, de 26 de dezembro de 2022, promoveu a desvinculação de receitas correntes, em conformidade com o disposto no artigo 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, e Decreto Rio nº 42.618, de 06 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 499.769.708,67, conforme quadro a seguir:

<u>Detalhamento</u>	<u>R\$</u>
Multas por Infrações à Legislação de Transito - FR 109	81.638.904,60
Royalties do Petróleo - FR 141	306.305.647,71
COSIP - FR 150	111.825.156,36
Total	499.769.708,67

Utilização de Superávit Financeiro para Amortização de Dívida Pública

O artigo 5º da Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 127, de 22 de dezembro de 2022, permitiu a utilização de superávit financeiro das fontes de recursos dos fundos públicos do Poder Executivo para a amortização de dívida pública. No exercício de 2022, foram utilizados os recursos dos seguintes fundos especiais:

<u>Fundos Especiais</u>	<u>R\$</u>
Fundo Especial de Iluminação Pública	23.126.955,07
Fundo Especial Projeto Tiradentes	1.250.432,54
Fundo de Conservação Ambiental	8.691.028,97
Fundo Municipal de Habitação	107.000,00
Fundo Especial de Ordem Pública	9.423.000,00
Total	42.598.416,58